



MISÉRIA *VERSUS* LIBERDADE: UMA ANÁLISE INTERDISCURSIVA ENTRE CONTO E DEPOIMENTOS MOÇAMBICANOS

Prof. Ms. Edson Reinaldo Facco¹

<http://lattes.cnpq.br/8691110525398604>

RESUMO – Esse artigo visa mostrar a opressão dos colonizadores portugueses contra os membros da FRELIMO – Frente de Libertação Moçambicana, para isso se buscou analisar depoimentos de membros da FRELIMO e um conto de Luís Bernardo Honwana. Primeiramente, houve uma contextualização histórica e em seguida, uma análise interdiscursiva entre o conto “A Velhota” e os depoimentos.

Pág. 62

PALAVRAS-CHAVE – Moçambique, interdiscursividade, FRELIMO, Luís Bernardo Honwana

ABSTRACT – The present article aims to show the oppression of the Portuguese colonizer against the members of FRELIMO – *Mozambican Liberation Movement*, which was registered in many testimonies and inside the short story of Luís Bernardo Honwana. For this work, a historical context approach has been observed and an analysis of the discourse between the short story “A velhota” and some real testimonies was drawn up.

KEY-WORDS - Mozambique, interdiscursiveness, FRELIMO, Luís Bernardo Honwana

Quando olhamos para a história da nação de Moçambique, vemos um povo que continuamente tem vivido no subdesenvolvimento, isto é, em péssimas condições sociais e econômicas. No entanto, com relação à questão política temos um povo que, principalmente durante o último século, lutou pela sua independência e que, portanto, se envolveu ativamente na busca de uma nacionalidade própria. Tomando as palavras de Paulo Freire (1984, p.17), quando se refere a Guiné-Bissau, que passou por problemas semelhantes a Moçambique, dizemos

¹ Doutorando em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Professor da Universidade Bandeirante.



um povo que apresentando um alto índice de analfabetismo, 90%, do ponto de vista linguístico, é altamente “letrado” do ponto de vista político, ao contrário de certas “comunidades” sofisticadamente letradas, mas grosseiramente “analfabetas” do ponto de vista político. (FREIRE, 1984, p.17)

É uma situação similar A que encontramos em Moçambique: uma nação praticamente analfabeta, “engatinhando” no que compete ao seu desenvolvimento econômico e social, mas totalmente engajada na luta pela constituição de uma nação.

Segundo Macagno (2005), após a Conferência de Berlim, ainda durante a etapa colonial (1895 – 1974), Portugal manteve para Moçambique um “discurso assimilacionista”. Segundo esse discurso, a língua portuguesa cumpriria um papel central para os considerados indígenas se tornarem assimilados e, desta forma, se emancipar dos seus usos e costumes. Com a independência em 1975, Moçambique adota a língua portuguesa como oficial e de unidade nacional. Macagno (2005) diz que “essa decisão corresponde ao princípio de apropriação do idioma do colonizador pelo colonizado, fazendo dele um instrumento de libertação”. Aparentemente, um paradoxo, mas embora o português europeu fosse falado, essencialmente, como segunda língua por uma pequena parte da população, ela constituiria uma base indispensável à obtenção de benefícios sociais e econômicos junto à comunicação com o mundo. Também, ele era a língua que estava presente na maioria das províncias de Moçambique. Além disso, com a ocupação em massa de Portugal no início do século XX, o português começa a fazer parte da história de Moçambique, principalmente no poder constituído dessa nação e nos seus registros históricos. Gonçalves afirma:

a ocupação sistemática de Moçambique pelos portugueses está concluída em 1918, data que assinala o fim das campanhas militares, e é nesta primeira metade do século XX que começam a ser tomadas medidas de relevo para o desenvolvimento de bases sociais que podem garantir a difusão do Português em todo o país. Assim, em 1930, através do “Acto Colonial”, é criada a legislação que regula a relação de Portugal com as suas colônias, e é também neste ano que é criado o ensino indígena, através do qual a potência colonial procura assegurar que as populações locais tenham acesso à instrução formal em Português. Vale a pena assinalar que é ainda nesta primeira metade do século XX que surgem os primeiros jornais literários em língua portuguesa - nomeadamente *O Africano* e *O Brado Africano* - que assinalam a existência de uma elite moçambicana local produtora de um discurso culto em Português. (GONÇALVES, 2000, p. 213)



Recorrendo a Rajagopalan (1998, p. 41) que diz: “a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela”, vemos que Moçambique escolheu a língua portuguesa como um aspecto importante na construção da sua identidade. Principalmente, porque, durante todo o processo da busca de independência, essa língua foi fator importante de comunicação com o mundo.

A FRELIMO – Frente de Libertação Moçambicana - foi uma organização que esteve mais diretamente ligada na luta por essa independência e seus líderes já eram falantes do português. Dessa forma, a maioria dos registros e documentos dessa época foram feitos dentro da norma do português europeu.

Segundo Newitt (1995, p. 450 - 451): “[...] A FRELIMO era uma Frente de Libertação de Moçambicanos na sua maioria expatriados” que, sob a liderança de Eduardo Mondlane, tornou-se o movimento político mais importante do país.

A FRELIMO constituiu-se em 1962 e declarou luta armada contra a colonização portuguesa. Essa luta inicia-se, efetivamente, no dia 25 de Setembro de 1964, no norte de Moçambique, em Mueda. A FRELIMO contava, então, com cerca de 250 guerrilheiros armados. Após o início da guerra, a forma brutal como os macondes e o nianjas foram tratados pelas tropas portuguesas acabou por contribuir a favor daquela organização, que passou a contar com um largo apoio destas etnias. Cravino comenta:

embora a maioria dos dirigentes da FRELIMO fossem do sul do país, os primeiros guerrilheiros são recrutados no norte, onde os Macondes e os Nianjas mantinham tradicionalmente uma relação conflituosa com portugueses. Dentro das comunidades autóctones o fenómeno nacionalista foi-se alastrando gradualmente, no entanto, foi necessário um acontecimento em particular para o fazer generalizar.

Segundo Mondlane, a greve dos estivadores de Lourenço Marques datada de 1956, e a onda de problemas com os produtores de algodão em Mueda (1960), teriam sido os detonadores do ódio pelos portugueses.

A imposição do regime não só destruiria qualquer possibilidade de reformas como permitiria uma consequente unidade nacional justificada por um sofrimento comum de 50 anos de efectivo/repressivo domínio português. Com todas estas motivações a FRELIMO constituiu-se como uma organização de moçambicanos, sem distinção de sexo, origem étnica e crença religiosa. Tinha por objectivos: a liquidação total, da dominação colonial portuguesa em Moçambique e de todos os vestígios do colonialismo e do imperialismo, a conquista da independência imediata e completa, e a defesa e realização das



reivindicações de todos os moçambicanos explorados e oprimidos pelo Regime colonial português. (CRAVINO, 2005)

Dessa forma, a libertação nacional não se resumia apenas à expulsão do colonialismo. A FRELIMO pretendia iniciar uma revolução social, criando “um Homem novo e um país igualmente novo, sem autoridade administrativa colonial” (GARCIA, 2001).

Newitt (1995) diz que a FRELIMO buscava a sensibilização das massas, minando a influência portuguesa exercida ainda em muitas regiões do território moçambicano. Em troca prometia-se um Moçambique livre, democrático e independente.

A união em torno de uma linha de ação previamente definida era, portanto, consensual e os apoios cresciam. No entanto, a FRELIMO tinha que enfrentar uma variada disputa ideológica que, ao suscitarem controvérsias internas, viriam se revelar decisivamente na vida do movimento, comprometendo em alguns casos a sua própria atuação. Segundo Garcia estas divergências viriam provocar duas correntes políticas distintas.

Uma proponente de uma independência tradicional nacionalista africana, porém regionalista e tribalista onde o inimigo era simplesmente o Branco (...) e a outra preconizada por homens como Mondlane, Chissano e Marcelino dos Santos, que compreendia a independência acompanhada de uma revolução social, com uma estrutura política assente num regime completamente novo (...) perspectivando uma posição anti-racial abrangente a todos os moçambicanos. (GARCIA, 2001).

Em 1969 Mondlane é assassinado, deixando a Frente de Libertação submersa em mais uma crise de identidade. A solução encontrada passaria pela instituição de uma nova direção sob a forma de triunvirato, constituído por Uria Simango, Samora Machel e Marcelino dos Santos.

Com o afastamento de Uria Simango, Machel assume a presidência, o que pôs termo às duas correntes políticas referidas anteriormente. De acordo com Cravino (2005) “com Machel, a FRELIMO transitava de uma fase nacional-democrática (iniciada em 1962) para entrar numa outra de influência democrato-popular (1969)”.

Assim, por volta de 1965, ela já dominava as principais regiões do norte e em 1969, a FRELIMO já havia alcançado 1/3 do território de Moçambique. Entretanto, somente com a queda da ditadura em Portugal (25 de Abril de 1974), o processo de Independência das colônias portuguesas – cinco na África (Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde e Moçambique) e uma na Oceania (Timor-Leste) – pôde ser iniciado.



A situação é extremamente complexa, já que em todas as colônias existem movimentos políticos que lutam pela Independência imediata de seu país, e outros que lutam pela continuidade da sua ligação com Portugal. Os militares portugueses recusam-se combater ou embarcarem para as colônias, reclamando o fim imediato às hostilidades, acelerando desta forma o processo de Independência delas. A FRELIMO intensifica, neste período, as suas ações militares registrando-se um número elevado de baixas portuguesas.

Em 24 de Julho de 1974 (Lei 6/74), é aprovada em Portugal uma lei que estabelece um regime transitório para Angola e Moçambique, tendo em vista a autodeterminação ou independência destes territórios. Em 4 de agosto deste ano, Portugal compromete-se perante a ONU a proceder a Independência dessas colônias. Em Sete de Setembro, na cidade de Lusaka, é solenemente assinado pela delegação portuguesa e pela FRELIMO um acordo conducente à Independência de Moçambique, cuja data é marcada para 25 de Junho do ano seguinte. A guerra de libertação demorou, então, cerca de dez anos; somente após o *Acordo de Lusaka*, o processo de independência tornou-se pacífico. Este acordo estabelecia uma transição gradual de poder, conforme se observa no trecho do referido acordo que se segue:

1. O Estado Português, tendo reconhecido o direito do Povo de Moçambique a Independência, aceita por acordo com a Frente de Libertação de Moçambique a transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território nos termos a seguir enunciados.

2. A Independência completa de Moçambique será solenemente proclamada em 25 de Junho de 1975, dia do aniversário da fundação da Frente de Libertação de Moçambique.²

O acordo que concedia a independência a Moçambique foi assinado a 28 de setembro, segundo Newitt:

O Acordo de Lusaka entregou o poder a FRELIMO quase que incondicionalmente. Não se realizaram eleições nem referendo e não houve apenas nove meses de administração provisória antes da comemoração da independência em julho de 1975. Muitos moçambicanos desconheciam os novos governantes que tiraram o poder aos Portugueses, e a FRELIMO era

² Todos os pontos desse acordo pode ser encontrado no site <http://pt.wikisource.org/wiki/Acordo_de_Lusaka>. Acesso em: 10 nov. 2006.



relativamente alheia a grande parte do país que ia governar. (NEWITT, 1995, p. 466)

Em conformidade com o estabelecido no *Acordo de Lusaka*, Samora Machel toma posse como chefe de um governo de transição, apoiado pelo governo português. A independência foi proclamada no dia 25 de junho de 1975.

Primeiramente, comentaremos um pouco sobre os depoimentos selecionados. Procuramos escolhê-los dentro de uma ordem cronológica para mostrar que a prisão e a tortura se deram por todo o período de 1964 a 1975. Foram escolhidos apenas doze depoimentos, que estão em um livro intitulado *Tortura na Colônia de Moçambique 1963-1974*, que serão suficientes para fazermos a interdiscursividade com o conto.

1 - Afonso Nanelo

Maconde – Mocímboa da Praia

Foi preso por ter comprado um cartão da Frelimo. Foram buscá-lo a casa às 7 horas da manhã e queimaram-lhe a casa. A família fugiu para o mato. Foi em 6 de outubro de 1964, pelo chefe dos Correios, Domingos Franklim Colaço.

2 – Magibo G’ole

Casado. Uma mulher e 5 filhos

Maconde – Mocímboa da Praia

Foi preso por soldados e foi entregue ao administrador, em 15 de novembro de 1964, que o levou ao D.G.S., por alegação de pertencer à Frelimo.

3 - Vicente Gabriel Mbula

Ponta Mahone

Foi preso, às 5 horas da tarde de 30 de Setembro de 1964, pela tropa, pouco depois de um ataque a Mueda, com muitas outras pessoas. Muitos deles foram mortos e não tiveram a sorte de ir para a cadeia.

4 - Costa Francisco



Vive em Mueda

Em 30 de setembro 1964 houve um ataque em Mueda, porque houve um mal-entendido. Uma sentinela mandou um tiro e a tropa pensou que era um ataque da Frelimo e começou a disparar para a população. No dia seguinte, a tropa começou a vasculhar as várias casas dizendo que a população é que tinha realizado aquele ataque, começando a prender uns, a matar outros, e a enforcar outros. Foram para o quartel onde, à frente dos que foram presos, abriram um ao meio e enforcaram outro.

5 - Boavida Manhique

Foi preso, a primeira vez, em 15 de Agosto de 1964 e solto em 5 de novembro seguinte. De novo em 1º de março de 1965 até 15 de julho de 1969.

6 - Albano Bazari

Mangani – Cabo Delgado

Foi preso no mato, em 14 de março de 1966, perto de Mangani, por pertencer a Frelimo – era seu soldado e estava na altura no acampamento do mato da mesma região.

7 - Alifa Manlane

Natural de Mocímboa da Praia, onde reside.

Foi preso em março de 1970, juntamente com nove pessoas que estavam em sua casa, pelo agente André.

8 - Joaquim Matias

Em Ponta Mahone, na prisão da ex-Pide

Preso em 1970 (11 de março), em Mocímboa da Praia. Denunciado como querendo fugir para o mato, para a Frelimo. O Milanga (chefe da D.G.S.) espancou-o.

9 - Ambudo Momade

Mocímboa da Praia



Detido, em 5 de janeiro de 1971, em Mocímboa, para onde tinha seguido com um grupo familiar de 10 pessoas.

10 - Adamo Majadamo Incomba

23 anos de idade

Natural de Mocímboa da Praia, residente em Mueda.

Foi preso em Mueda, em 15 de novembro de 1972, de regresso de Mocímboa da Praia, onde tinha ido casar, pelo agente Monteiro.

11 - Zafanias Jonas Massuque

24 anos de idade

Morador em Lourenço Marques, no Bairro do Jardim

Pág. 69

Foi detido em 22 de maio de 1973, quando estava no serviço, na Auto-Viação do Sul do Save, por denúncia do Encarregado do Serviço, José Mines Manteiga.

12 - Cassiano Pedro Nampato

17 anos de idade

Natural de Massomul, onde reside

Estava na escola com outros. Eram 6 ao todo. Foram todos presos em 5 de julho de 1973 pelo Chefe Dias e agentes Santana e outro.

Observamos pelos depoimentos que, no período compreendido entre 1964 e 1975, a repressão foi intensa contra moçambicanos, principalmente contra àqueles que eram suspeitos de integrarem a FRELIMO. Estes suspeitos eram pegos na rua, em casa, no trabalho ou na escola e eram levados para PIDE/DGS - Polícia Internacional de Defesa do Estado / Direcção-Geral de Segurança – a fim de serem interrogados e darem os seus depoimentos, declarando fazer parte da FRELIMO. Entretanto, esses interrogatórios não eram nada pacíficos e em acordo com a ética da lei. Para conseguir o que queriam ouvir, eles usavam da força bruta e de vários acessórios a fim de espancar aqueles que estavam sendo investigados.



Lendo os depoimentos, vemos uma barbárie inquestionável que vai contra todo o princípio de qualquer direito humano. Para interrogar Ambudo Momade, de Mocímboa da Palma, o chefe Almeida utilizou-se de paus e câmaras de ar cortadas e para forçar a desejada confissão mandava “dar porradas”.

Com Zafanias Jonas Massuque - de 24 anos de idade, morador em Lourenço Marques, no Bairro do Jardim - não foi diferente: como ele alegava não saber de nada sobre a FRELIMO, os chefes levaram-no para uma casa de banho, colocaram água fria numa bacia e ali lhe mergulharam a cabeça, enquanto o agente e o auxiliar Pene seguravam a cabeça do rapaz dentro da água. Quando o levantaram, Zafanias não aguentou e desmaiou; mesmo caído no chão, ele recebeu pontapés dos dois agentes. Levantaram-no, reanimaram-no e o Agente disse ao Pene para continuar a bater. Recomeçaram a interrogá-lo, começando o agente a escrever que ele era adepto da FRELIMO sem ele confessar nada. Em virtude dessa “confissão” ele foi preso, ficando seis meses sem qualquer tipo de contato com a família. A família sempre enviava objetos pessoais e comidas que nunca eram entregues, pelo contrário, como diz o depoimento:

Pág. 70

Durante esses 6 meses sem contato com os familiares sabe que estes mandaram fruta e outras coisas para a Direção da D.G.S.. Alexandre, começou a fazer perguntas aos familiares sobre aquelas coisas que levavam – frutas e comidas – como arranjavam dinheiro para isso e fez queixas ao agente do piquete, que obrigou a família a pagar uma multa de 1.100\$00 porque mandavam comida quando na cadeia havia comida.

Ainda esse Alexandre cobrou outra multa de 40\$00 porque nesse dia a comida tinha vindo atrasada. Não perceberam o caso, não queriam que trouxessem comida e multavam por atrasar.

Aqueles que deveriam zelar pelo cumprimento da lei, se utilizam dela impropriamente para oprimir ou coagir as pessoas, não lhes dando qualquer tipo de escolha.

Alguns que eram presos ficavam em celas superlotadas e eram deixados neste espaço sem qualquer condição de sobreviver. Muitos morriam devido a doenças que adquiriam e que não eram tratadas. Joaquim Matias teve a infelicidade de perder um amigo nessas condições. Outros morriam por desnutrição, sendo que os únicos alimentos eram farinha de mandioca, peixe seco e osso. Além dessas mortes havia, também, aquelas que ocorriam por assassinatos. Vicente Gariel Mbula viu 5 cadáveres de pessoas que tinham sido enforcadas e uma pessoa, ainda na forca, quase morta.



Joaquim Matias relata que ele apanhou com régua, cavalo-marinho e palmatória. Bateram-lhe com a palmatória até ficar com sangue escorrendo pelas mãos e com o cavalo-marinho até que sangrassem o peito e as costas. Enquanto isso, insistentemente pediam que confessasse pertencer à FRELIMO e também que denunciasse onde ficavam os integrantes. Afonso Nanelo foi cruelmente torturado; no depoimento que é feito sobre ele é dito:

bateram-lhe com cabos de borracha, e deram-lhe choques elétricos (tem cicatrizes nas costas) e torturaram-no metendo-lhe entre as unhas das mãos e dos pés agulhas grossas e ferros até ao fim da falange. Deram-lhe também choque no sexo, confessando não ser sexualmente normal, tendo desmaiado três vezes.

Já em Magibo G'ole bateram-lhe com um ferro pelo corpo e partiram-lhe os dentes da frente. As costas dele ficaram cheias de horríveis cicatrizes. Na barriga levou pontapés com sapatos. Bateram nos pés amarrados. Além disso, queimaram a sua roça e levaram também, a sua mulher. Os filhos conseguiram fugir. Diz ainda que, enquanto preso, foi lhe dada a condição de trabalhar, mas o dinheiro dos produtos que vendia não ficava com ele e sim com a Direção.

Além de toda essa opressão e abuso físico, o que notamos, também, é que a Língua Portuguesa era um veículo de dominação, pois era necessário que todos os acusados falassem essa língua ao serem interrogados, pois era o único código de comunicação com os portugueses. A mãe de Zafanias Jonas foi impedida de visitar o seu filho na cela, justamente por não se comunicar na Língua Portuguesa.

Entendemos que Honwana também quis fazer o seu depoimento e o fez através do conto “A Velhota”. É claro que as marcas textuais e a denúncia realizada através dessa história não falam apenas do autor, uma vez que a obra tem vida própria, mas é uma representação estabelecida a todos que sofreram a tortura. O que evidencia isso é que em nenhum momento a personagem que sofre a tortura é nomeada. A única referência nominal à personagem é quando a velhota o chama de “*meu filho*”. Mas, através da história identificamos o conto com todos os depoimentos que vimos anteriormente.

Como já dissemos, quase todos os contos de Honwana são marcados pela afasia e esse é um deles. Todavia essa afasia, além de apontar para algo proibido de se contar, aponta também para uma busca da dignidade como ser humano. Temos conhecimento dos fatos, porque adentramos no pensamento da personagem que vai nos narrando o seu sentimento, diante da



surra que levou. O silêncio é interrompido quase sempre pelos questionamentos da velhota e poucas vezes pelos questionamentos dos miúdos. Ao se lembrar do ocorrido, a personagem começa a narrar o episódio, dizendo

Eu juraria que não cheguei a perder o conhecimento embora pouco antes de cair tivesse experimentado aquele estado de embotamento de sensibilidade que, quando nos toma, restringe a nossa capacidade de defesa aos gestos puramente instintivos (...).

Nesse trecho, temos um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que a personagem jurava não ter perdido o conhecimento, todavia, o que ela mais de fato desejava era ter perdido o conhecimento, ou seja, deixar no esquecimento, ou apagar da memória a forma como fora tratada. Ela experimentou o “estado de embotamento de sensibilidade”, mas não foi suficiente para apagar todas as recordações. Inclusive esse momento traz marcas tão fortes que ela lembra nos mínimos detalhes como foi o ocorrido e como ela teve que se render a essa humilhação. A sua capacidade de defesa restringiu-se aos gestos puramente instintivos, associando-se a um animal.

Pág. 72

A dificuldade ao se levantar do chão estava mais voltada em ter que encarar as pessoas que assistiram a toda essa cena passivamente, do que pela própria dor da surra. Aliás, a surra nem doía, o que doía era a perda da sua dignidade.

Essa dignidade foi perdida quando caiu no chão e isso só ocorreu devido ao “maldito eco.” Se render aos pés dos seus agressores é tudo o que ela não queria, pois para um homem, mesmo que não seja dada a ele a condição de defesa, sofrer as afrontas encarando o agressor, o faz preservar a sua força e, conseqüentemente, o seu valor. Esse valor ela queria resgatar perante a sua mãe e seus irmãos, quando entra em casa em silêncio e procura nada contar para eles. Ao observar as suas atitudes, houve insistência da velhota para com o filho, a fim de que contasse o que lhe acontecera

- Bateram-te? Diz-me, meu filho, eles bateram-te? Quem foi?
- Não, não me bateram.
- Mas eles fizeram-te alguma coisa, não fizeram? Tu estás com raiva, não é?

Preservar o silêncio, muito mais do que não causar dor em sua mãe, preservava a sua honrabilidade, que perdera perante os outros, pois quando se levantou, ao sair do bar e ao passar pelas pessoas, o rapaz percebeu que todos os “olhavam duma maneira incomodativa, como a



denunciar em mim um elemento estranho, ridículo, exótico e sei lá o que mais.” Sua família ainda não o via dessa forma. Talvez, pelo posicionamento que ocupava – de ser alguém importante para a manutenção daquela família –, era valorizado por ela, todavia, ele não tinha nenhum valor para os demais. Nesse momento sua casa tornava-se seu abrigo e sua reconstituição como ser humano, por mais que ele não desejasse ir para casa tão cedo para não ter que se deparar com o tédio da velhota e com os miúdos chatos. Agora, ele diz que “precisava de ir para casa”. Em sua casa ele encontraria novamente a sua identidade, que tentaram ou quiseram obrigá-lo fazer perder.

A busca dessa confirmação, que ele ainda é um ser humano e não um animal, causa no enunciadore atitudes que já não estavam mais presentes no seu dia-a-dia. Após a sua resistência em não comer e em permanecer no estado de apatia, a sua primeira atitude foi o de “furtar ao impulso de abraçar a velhota” e “enterrar a cabeça entre os seus seios”. Ao voltar para os seios de sua mãe, seria remetido ao seu passado e a lembrança de um ser constituído em pleno desenvolvimento. Era poder retornar às suas origens e lembrar que um dia ele foi tratado humanamente.

No entanto, as marcas da humilhação não saíam de sua memória, pois as pancadas que recebeu ficaram em sua mente como eco que soava continuamente. Por isso, pela insistência da velhota, ele não aguentou ficar sem desabafar.

Tentei não falar, mas não tive tempo de pensar:
— Eles destruíram tudo, eles roubaram, eles não querem...
Senti-a prender a respiração e endurecer ligeiramente.
— Não queres contar? Não? Não queres?

Observamos que os dizeres do filho para a velhota não foram relatar a surra que levou, mas o que os agressores causaram nele “eles destruíram tudo, eles roubaram, eles não querem...” Notamos que esse período é formado por orações coordenadas assindéticas, isso significa que o filho começou a falar ininterruptamente, como se estivesse desabafando, de uma só vez, aquilo que o angustiava. Contudo, ele é interrompido com uma respiração ofegante da velhota. É claro que dentro do contexto da enunciação, isso nos remete a depreendermos que o que estava sendo dito era proibido. Essa proibição fica clara não somente nesse fragmento, mas em todo o texto, pois em nenhum momento é explicitado quem havia batido nele. Os únicos indícios claros que temos é quando ele está no chão e ao olhar para cima começa a descrever o que vira



O eco atrapalhava-me a vista a tal ponto que não tinha a certeza do que via, mas depois, quando a minha vista deixou de tremer, vi as duas pernas vestidas de escuro, que, nascidas uma de cada lado do meu corpo cresciam longamente para cima, tesas e tensas, convergindo para a placa de metal brilhante do cinto. Por cima delas, lá em cima, perto da lâmpada do tecto, a cara fitava-me, atenta, sorrindo satisfeita.

A opção de não expor seus agressores evidencia nesse conto que o enunciador e o enunciatário não se restringem somente ao filho e à velhota, mas aponta, também, em relação ao conto e ao contexto político e social no qual ele foi escrito. Mesmo buscando fazer a denúncia do processo de desumanização que os colonizados estavam submetidos, a intenção era não fazer morrer a esperança existente de dias melhores. Essa melhora só viria com o tempo.

Os miúdos aproximaram-se

— Conta, conta ...

— Nada, vocês hão de crescer, agora não chateiem.

— Sim, meu filho, há o tempo, o tempo... Tudo há de mudar, tudo há de melhorar... E quando eles crescerem...

— Hão de crescer... Pois hão de crescer nisto...

— De verdade que não queres contar?

— Conta, conta!— e os miúdos rodeavam-nos na esteira.

Não, eu não contaria. Não fora para isso que viera para casa. Além disso, não seria eu a destruir neles fosse o que fosse. A seu tempo alguém se encarregaria de os por na raiva. Não, eu não contaria.

Não dizer nada aos miúdos era para que não houvesse uma pré-disposição de quererem lutar, achando que seria indestrutível a opressão. Além disso, ele procurou poupá-los para que não tivessem a consciência e o sofrimento antes do tempo. Ficaria a cargo do tempo de lhes revelar os acontecimentos e quem sabe, eximi-los de enfrentar a mesma situação. A perspectiva de dias melhores era enorme, por isso a luta junto a FRELIMO era necessária, para que, mesmo se lhes custasse a vida, os seus filhos ou gerações posteriores gozassem a liberdade e não passassem por esse estado de humilhação e de dor

— Meu filho os miúdos já se foram...

— Sim, eu vou dizer: eles bateram-me.

— Quem foi? Mas isso não é tudo, tu tremes...

— Sim, isso não é tudo. E até não é nada. Eles fizeram-me pequenino e conseguem que eu me sinta pequenino. Sim, é isso. Isso é que é tudo. E por



quê? Eles nem o dizem de alto. E tudo cai, cai de repente, com barulho aqui dentro, e cai e cai e cai...

O estado psíquico-emocional em que os colonizadores colocavam os colonizados era o pior. A situação de humilhação em que eles eram postos não era digna nem a um animal; todavia, era dessa forma que eram vistos: menores do que um ser irracional. Da mesma forma que na prisão lhes era dado comer somente farinha, osso, carne podre, etc. a Velhota só tem para preparar “arroz com caril de amendoim.” Os portugueses não estavam preocupados com a situação econômica e social dos moçambicanos. Quando o Agente Marçal questionou Albano Bazari sobre o porquê de eles quererem fazer a guerra contra os brancos, ele respondeu “porque vocês não estão a governar bem Moçambique. O dinheiro que nos dais pelos trabalhos não são para sustentar as nossas famílias.”

Portanto, temos dois tipos de textos – um em forma de depoimentos e o outro literário - que nos remetem a um mesmo propósito: a denúncia da exploração e da ação opressora dos portugueses em Moçambique. Ambos fizeram a questão do registro, para que ficasse nos anais da história de Moçambique a luta que tiveram para conseguir a liberdade, mesmo que toda essa situação retratada mostre o estado miserável deles.

Referências Bibliográficas:

- CRAVINO, Janete. Conflitos Internos – Revolução de Conflitos. *Revista Militar*, Lisboa, 14 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=21>>. Acesso em 18 nov. 2006.
- FREIRE, Paulo. *Cartas a Guiné-Bissau*. Registros de uma experiência em processo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GARCIA, F. P. *Análise Global de uma Guerra, Moçambique 1964-1974*. 2001. Tese (Doutorado) - Universidade Portucalense, Porto, out. de 2001. Disponível em: <http://www.triplov.com/miguel_garcia/mocambique/index.htm>. Acesso 18 nov. 2006.
- GONÇALVES, Perpétua. Para uma aproximação Língua-Literatura em português de Angola e Moçambique. In.: *Via Atlântica/Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas*. Faculdade de



Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP – n.4 (2000). São Paulo: Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, 2000. p. 212-223.

HONWANA, Luís Bernardo. *Nós Matamos o Cão-tinboso*. São Paulo: Ática 1980.

MACAGNO, Lorenzo. *Histórias pós-coloniais: a língua portuguesa e os usos da diversidade cultural em Moçambique*, fev. 2005 Disponível em: <www.geocities.com/ail_br/historiasposcoloniais.html>. Acesso em: 21 nov. 2005.

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Lisboa: Europa-América, 1995.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O Conceito de Identidade em Lingüística: É chegada a hora para uma reconsideração radical?. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Língua(gem) e Identidade*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998. p.21-46.

TORTURA na Colónia de Moçambique 1963-1974. Depoimentos de Presos Políticos. Porto: Afrontamento, 1977.

